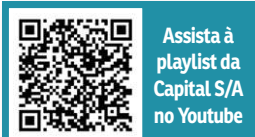




Esqueça segurança. / Viva onde você tem medo de viver. / Destrua sua reputação. / Seja notório.

Rumi



## Abertura de pequenos negócios cresce 12% no primeiro semestre

Sebrae



O país registrou a abertura de 2,9 milhões pequenos negócios, entre microempreendedores individuais (MEIs) e micro e pequenas empresas (MPes), no primeiro semestre deste ano. O resultado é 12% maior do que a quantidade de pequenos negócios abertos no mesmo período em 2025 (2,6 milhões). Os dados são do DataSebrae, extraídos da Receita Federal, com atualização até 25 de junho de 2026. Os MEIs são a principal forma de entrada para o empreendedorismo formal. Do total de empresas abertas, cerca de 2,25 milhões foram de MEIs, o que equivale a mais de 75% do total. Em seguida, aparecem as microempresas (MEs), com 534 mil aberturas (18%). O Sebrae nacional celebrou os resultados como reflexo de simplificação de processos e desburocratização para a abertura de novos CNPJs no Brasil.

### Serviços e comércio

A análise por setor de atividade econômica revela uma forte concentração em Serviços, com 1,9 milhão de novas empresas abertas no período (64,4% do total). Em segundo lugar ficou o Comércio, com 600 mil novos empreendimentos. Entre as atividades mais procuradas para a abertura de empresas, está a de malote e de entrega (195 mil CNPJs), seguido de transporte rodoviário de carga (185 mil), atividades de publicidade (160 mil) e cabeleireiros (136 mil).

### Confira a abertura por segmento

|                  |           |
|------------------|-----------|
| 1. Serviços:     | 1.930.688 |
| 2. Comércio:     | 600.428   |
| 3. Indústria:    | 229.405   |
| 4. Construção:   | 199.681   |
| 5. Agropecuária: | 38.406    |

### Regiões

A Região Sudeste mantém a liderança no volume total de novas empresas (1,5 milhão), puxada principalmente pelo estado de São Paulo, responsável por 890 mil aberturas. O Centro-Oeste está em quarto lugar com cerca de 296 mil, seguido do Norte com 157.800.

### Ministério da Fazenda notifica 37 fintechs por operar com bets ilegais

Empresas financeiras suspeitas de intermediar recursos de bets ilegais receberam determinação do Ministério da Fazenda para interromper qualquer atividade com tais sites de apostas.

A medida é uma das ações do governo para combater o mercado clandestino de bets e prevê o bloqueio dos valores movimentados. As notificações foram enviadas pela Secretaria de Prêmios e Apostas (SPA), em conjunto com a Receita Federal. Segundo o governo, 36 fintechs movimentaram recursos de cerca de 160 casas de apostas sem autorização para operar no Brasil, além de milhares de sites ligados a essas plataformas. Os nomes das instituições notificadas não foram divulgados para preservar as investigações.

Reprodução/FreePik



54 mil

Total de sites irregulares relacionados ao mercado clandestino de apostas que foram retirados do ar

### Medalha Amigo do Comércio

A Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) realizou, ontem, a cerimônia de entrega da Medalha Amigo do Comércio ao senador Izalci Lucas (PL-DF), ao deputado federal Marcelo Queiroz (PSDB-RJ) e ao vereador Carlo Caiado (PSD-RJ), presidente da Câmara Municipal do Rio de Janeiro. A Medalha é concedida a autoridades dos setores público e privado que se destacam pela atuação em defesa do comércio de bens, serviços e turismo, contribuindo para o fortalecimento do ambiente de negócios e do desenvolvimento econômico do país.

NC



### Fortalecimento do Sistema S

As condecorações foram entregues pelo presidente da CNC, José Roberto Tadros, e pelo presidente da Fecomércio-RJ, Antonio Florencio de Queiroz Junior. O senador Izalci Lucas foi homenageado pela atuação no Senado Federal em defesa dos interesses do setor produtivo, especialmente nas áreas de Ciência, Tecnologia, Inovação e Fortalecimento do Sistema S.

Brendan SMIALOWSKI / AFP



### Tarifaço dos EUA gera pessimismo na indústria

A apreensão pela possível retomada das tarifas americanas sobre produtos do Brasil se reflete no Índice de Confiança do Empresário Industrial (ICEI). Julho registra o agravamento do pessimismo no setor. Entre junho e julho, o ICEI caiu 2,3 pontos, passando de 46,7 para 44,4 pontos. O indicador está em seu pior patamar desde junho de 2020, durante a pandemia de covid-19. Os resultados também reforçam a sequência negativa do ICEI, que está em queda desde janeiro de 2025.

## REFORMA TRIBUTÁRIA

# Reta final para adequar Nota Fiscal

Prazo para adesão ao novo modelo termina em 31 de julho. Setor produtivo elogia medida, e especialistas dão dicas para facilitar adaptações e alertam os empreendedores para não fazerem as mudanças na última hora

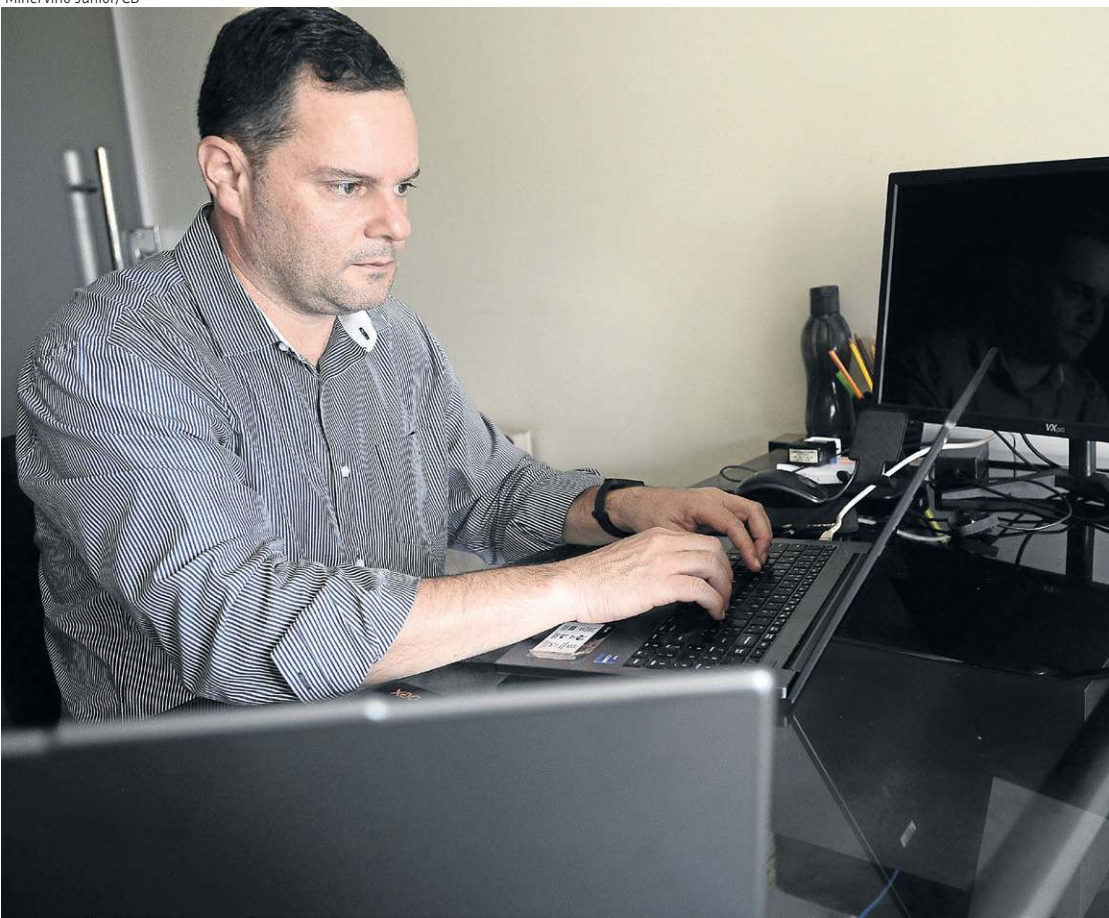
» MILA FERREIRA

Termina, em 31 de julho, o prazo para as empresas aderirem à Nota Fiscal de Serviço Eletrônica (NFS-e) Padrão Nacional no Distrito Federal. O prazo já foi prorrogado três vezes. Pelo menos 120 mil empresas devem aderir ao novo padrão. De acordo com a Secretaria de Economia do DF (Seec-DF), a NFS-e Padrão Nacional integra o processo de modernização da administração tributária brasileira e de preparação dos sistemas para as mudanças decorrentes da Reforma Tributária, promovendo maior padronização, integração e simplificação na emissão de notas fiscais de serviços.

Segundo a Secretaria Executiva da Receita da Seec-DF, a ampliação do prazo tem como objetivo garantir uma transição mais segura para empresas, desenvolvedores de sistemas e profissionais da contabilidade. “A constante atualização das especificações nacionais tem exigido adaptações nos sistemas utilizados pelos emissores de notas fiscais e pelos entes federativos”, destaca o coordenador do ISS, Wesley Alves. “Com esse prazo adicional, os contribuintes poderão realizar novos testes, promover os ajustes necessários e corrigir eventuais inconsistências antes da adoção definitiva da nova plataforma”, complementa.

Para o presidente do Sistema Fecomércio-DF, José Aparecido Freire, a implementação da nova nota no padrão nacional representa um avanço importante na modernização da administração tributária e na preparação das empresas para as mudanças decorrentes da reforma. Segundo ele, a decisão de prorrogar o prazo de adequação até

Minervino Júnior/CB



Floriano Carvano, sócio da Marf Contabilidade: “É preciso adequar à regra imediatamente”

31 de julho foi acertada, pois proporciona maior segurança para que empresários, desenvolvedores de sistemas e profissionais da contabilidade realizem os ajustes necessários sem comprometer a continuidade das atividades econômicas.

Embora a transição exija investimentos em tecnologia, atualização de sistemas e capacitação das equipes, a expectativa é de que, no médio e longo prazo, a padronização nacional simplifique o

cumprimento das obrigações acessórias, reduza os custos de conformidade tributária e fortaleça a segurança jurídica para as empresas.

“Nossa orientação é que os empresários não deixem a adaptação para a última hora. Este prazo adicional deve ser aproveitado para realizar testes, verificar a compatibilidade dos sistemas e trabalhar em conjunto com contadores e fornecedores de tecnologia, reduzindo os riscos operacionais e garantindo

uma migração tranquila para o novo modelo. Além disso, essa mudança já prepara as empresas para a implantação da CBS e do IBS, tributos previstos na Reforma Tributária, tornando a transição para o novo sistema tributário mais organizada e menos onerosa para o setor produtivo”, afirma José Aparecido Freire.

Segundo Reynaldo Lima Jr, presidente da Federação Nacional das Empresas de Serviços Contábeis e

de Assessoramento (Fenacon), o ritmo de adaptação das empresas varia conforme o porte e o nível de integração tecnológica de seus sistemas. “Organizações com estruturas mais robustas e que utilizam ERPs (software de planejamento de recursos empresariais) integrados iniciaram esse processo de adequação há mais tempo, enquanto muitas micro e pequenas empresas intensificaram os ajustes nas últimas semanas, sempre com o apoio de seus contadores e fornecedores de tecnologia”, afirmou.

“Nenhuma empresa deve deixar essa adequação para o último momento. A atualização dos sistemas exige parametrizações, testes e validações, e qualquer atraso pode comprometer a emissão dos documentos fiscais e, consequentemente, a própria operação da empresa. Vale ressaltar que, no período inicial após a obrigatoriedade, eventuais erros operacionais terão um prazo de até 60 dias para regularização sem aplicação de sanções, o que oferece uma janela de ajuste, mas não elimina a necessidade de preparação prévia”, recomendou o presidente.

### Mudanças

Contador e conselheiro do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), Adriano Marrocos explicou que o ambiente de emissão de nota fiscal do GDF já está dentro da plataforma nacional. “Mas, se o empresário utiliza sistema próprio (ERP/API), deve tratar com o fornecedor do software sobre a adequação às normas. A partir de 1º de setembro de 2026, o emissor de notas do GDF será desativado”, alertou.

“Além do layout, que mudou completamente, deixamos de utilizar a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) para identificação da atividade. Agora, o sistema exige outros códigos obrigatórios: CTN, CSM (atividade municipal) e NBS”, observou Adriano. “As primeiras emissões estão exigindo muita atenção e até conversas com o cliente pois o CNAE era único para qualquer serviço dentro do código e agora os códigos são específicos para cada serviço prestado. A recomendação é que o cliente, ao emitir a nota fiscal, enquadre corretamente o serviço prestado com o código disponível em um rol de inúmeros códigos”, acrescentou.

### Desafios

De acordo com o contador Floriano Carvalho, sócio da Marf Contabilidade, a maior dificuldade que os empresários têm encontrado para fazer a migração é saber quais códigos e informações colocar nos novos campos disponibilizados. Eles são de suma importância para a correta parametrização fiscal da empresa e qualquer erro pode fazer a empresa pagar o imposto incorreto”, explicou o profissional.

“Para os empresários que ainda não aderiram à regra, a dica é fazê-lo imediatamente, entrando em contato primeiro com o suporte do sistema que usa para saber como proceder a atualização necessária para emissão da nova nota fiscal e em seguida com o contador, para obter orientações de quais códigos, informações e observações incluir nos novos campos com o objetivo de deixar tudo certo e pagando apenas o imposto justo”, acrescentou.